

## A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NAS PÁGINAS DO CORREIO DE SÃO LEOPOLDO (1937-1945)

Ariane dos Reis Duarte<sup>1</sup>

**Resumo:** Tendo como fonte o periódico *Correio de São Leopoldo*, este estudo busca saber como o tema “nacionalização do ensino” é abordado no referido impresso no período de 1937 a 1945. Tal recorte temporal se justifica pela ascensão e queda do regime estado-novista, que trouxe à tona a ideologia de *nacionalizar* o país. Para difundir tal forma de doutrina e pensamento, diversas medidas foram tomadas a fim de impedir práticas de imigrantes estrangeiros no país. Os aportes teóricos do estudo concentram-se na História Cultural, campo que ganha espaço na historiografia ao longo do século XX. Os procedimentos metodológicos do estudo consistiram na análise documental histórica a partir da seleção de matérias, reportagens e notas encontradas nas páginas do jornal. Sendo assim, o conteúdo selecionado foi fotografado e catalogado para análise posterior. Neste processo, produções de autores que utilizam o jornal como fonte histórica foram fundamentais, pois auxiliaram nas ponderações sobre o processo de investigação. Assim, o estudo apresenta algumas reflexões sobre fazer pesquisa tendo o jornal como fonte. Quanto ao tema em específico, pôde-se verificar que o periódico pesquisado traz em seu conteúdo diversas publicações em torno do tema “educação” com ênfase no tema nacionalização do ensino. Verificou-se que a ênfase dada à temática, está diretamente ligada ao perfil político do jornal, que demonstra apoio aos aliados políticos do Coronel Theodoro Porto da Fonseca, personalidade local influente e prefeito de São Leopoldo por muitos anos. Nesse sentido, constatou-se, também, que as tendências políticas do jornal apareciam diretamente no conteúdo de todas as demais publicações.

**Palavras-chave:** História; Jornal; Estado-Novo; Educação; Nacionalização do ensino.

## NATIONALIZATION OF THE EDUCATION IN THE PAGES OF CORREIO DE SÃO LEOPOLDO (NEWSPAPER) (1937-1945)

**Abstract:** Having as a source the newspaper *Correio de São Leopoldo*, this study seeks to know how the theme “nationalization of teaching” is tackled in that newspaper in the period from 1937 to 1945. This timeframe is justified by the rise and fall of the new state regimen, which brought up the ideology of *nationalizing* the country. To spread such a way of thinking and doctrine, various measures were taken in order to prevent practices of foreign immigrants in the country. The theoretical contributions focus of the study concentrate on Cultural History, a field that earns space in historiography throughout the 20th century. The methodological procedures of the study consisted in analyzing historical documentary from the selection of materials, reports and notes found in the pages of the newspaper. Therefore, the selected content was photographed and catalogued for later analysis. In this process, productions of authors who use the newspaper as historical source were fundamental, since they assisted in the

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com bolsa Capes/PROEX. Graduada em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2012). Integrante do grupo de pesquisa “Educação no Brasil: memória, instituições e cultura escolar” (EBRAMIC). Professora de ensino fundamental e médio na rede privada de ensino. E-mail: [ariane.reisd@gmail.com](mailto:ariane.reisd@gmail.com)

weights on the research process. Thus, the study presents some reflections on doing research with the newspaper as a source. . As for the specific theme, one can verify that the journal researched brings the contents within various publications around the theme “education” with emphasis on the theme of the teaching nationalization. It was found that the emphasis given to the subject is directly linked to the political profile of the newspaper, which demonstrates support for political allies of Colonel Theodomiro Porto da Fonseca, local influential personality and Mayor of São Leopoldo for many years. In this regard, it was also noted that the political trends of the newspaper appeared directly in the content of all other publications.

**Keywords:** History; Newspaper; New State; Education; Nationalization of education.

## Introdução

Este trabalho é um recorte de um estudo mais amplo, cuja proposta consistia em pesquisar aspectos relativos à educação no município de São Leopoldo/RS a partir das notícias do periódico *Correio de São Leopoldo*, jornal que circulou no referido município entre as décadas de 1930 e 1950. Sendo assim, o estudo aqui apresentado tem por objetivo analisar o conteúdo de um tema recorrente nas páginas deste jornal: a nacionalização do ensino na chamada *Era Vargas*, especificamente durante o *Estado Novo*. A escolha se dá pelo fato de que este assunto ganhou significativo espaço no periódico e também pela relevância deste tema na história da educação brasileira.

## Aportes teórico-metodológicos

Esta pesquisa recorre aos aportes conceituais da chamada História Cultural, área da historiografia que ganha evidência nas últimas décadas do século XX. Com o desenvolvimento de ciências como a Sociologia e a Antropologia, a História expande fronteiras, contemplando temas até então não necessariamente abordados em seus estudos e pesquisas. Pode-se dizer que esta renovação no campo historiográfico se dá com a criação da revista *Annales*, em especial com Lucien Febvre e March Bloch. Como afirma Peter Burke:

A necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir, não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento (1997, p. 7).

Posteriormente, o ápice dessa renovação dos estudos historiográficos proporcionada pelos *Annales* ocorre com a chamada *Nova História*, que a partir da década de 1970 passa a liderar as pesquisas no mundo acadêmico (BURKE, 2005). Ainda segundo este autor, a História Cultural pode ser vista como uma “reação às tentativas anteriores de estudar o passado que deixavam de fora algo ao mesmo tempo difícil e importante de se compreender” (2005, p. 8).

Sobre o processo investigativo<sup>2</sup>, edições disponíveis do referido jornal foram folheadas e delas ex-

<sup>2</sup> O estudo aqui apresentado é um recorte de um trabalho mais amplo, intitulado “Educação e assuntos correlatos no Correio de São Leopoldo (1936/1951)”. Neste estudo, foram coletadas matérias, reportagens e notas sobre o tema educação. Ao todo foram reunidos 600 arquivos, que posteriormente foram divididos em categorias. Assim, neste texto foram selecionadas apenas notícias sobre a nacionalização do ensino.

traídas todas as notícias e publicações que interessavam para a realização deste estudo. A coleta dos dados se deu através de fotografia, pois qualquer outro meio (fotocópia, digitalização) poderia prejudicar a conservação dos jornais. A cada dado coletado, as informações (título, data e página) foram registradas em um caderno para consultas posteriores.

Na tabela abaixo, explicito as publicações utilizadas na escrita deste texto. Foram selecionadas somente aquelas que fizessem referência direta à temática abordada neste estudo. Assim, existem publicações de diversos tipos, como pequenas notas, discursos políticos e artigos. Neste último caso, é importante dizer que os textos nem sempre estão assinados e, quando estão, não é possível saber se o autor que o assina utiliza um pseudônimo.

Título da publicação	Síntese conteúdo	Data da publicação e página
O ensino e o Estado Novo	Nota exaltando a preocupação do regime com a educação (Comissão de Doutrina e Divulgação de Propaganda).	31-12-1937, capa.
O discurso do Secretário da Educação, em nome do Governo do Estado, em S. Leopoldo	O discurso aborda a nacionalização do ensino em zonas de imigração.	26-11-1938, p.2.
A nacionalidade dos filhos de imigrantes	Artigo afirma que foi um erro do governo permitir a entrada de imigrantes no país.	21-5-1938, capa.
O ensino de línguas estrangeiras, no Estado – Interpretação do Secretário de Educação	Fala do Secretário de Educação sobre a legislação do ensino de língua estrangeira.	30-3-1940, p. 4.
Educação, Imperativo Máximo do Brasil	Artigo exaltando os princípios educativos do Estado Novo. Assina Carlos Maul.	15-6-1940, p. 3.
O Estado Novo fiel às suas razões e origens inspiradoras	Artigo de Remi Fonseca exaltando a política do regime.	7-6-1940, s.p.
<i>Ecosde nacionalização</i>	Artigo critica duramente a relação dos descendentes de imigrantes em relação às suas origens. Refere-se aos imigrantes como “alienígenas”. Assina Pena de Aço.	7-6-1940, p. 5.
Vida de estudante no Brasil	Artigo criticando a postura dos estudantes no Brasil e as faculdades que não valorizam o Brasil em si. Assina Gilberto Freyre.	1-3-1941, p. 2.
A nacionalização do ensino e as escolas paroquiais	Pequeno texto falando do boicote de alguns padres em relação à nacionalização do ensino.	22-11-1941, capa.
Aulas particulares	Nota exaltando a nacionalização do ensino, criticando as aulas particulares na colônia, pois estas não cumprem com o exigido pelo Governo (são dadas em língua estrangeira). Assina Patrício.	3-4-1943, p.4.
Escolas rurais	Texto que exige punição aos professores de zona rural que ensinam em língua estrangeira.	1-5-1943, capa.
A data aniversária do Presidente Vargas.	Matéria elogiando o governo Vargas, ressaltando as obras e feitos.	22-4-1944, capa.

Tabela 1 – Relação de publicações consultadas. Fonte: a autora.

É possível perceber que, embora recorrentes, as publicações específicas sobre o tema possuem certo distanciamento temporal, o que leva a pensar sobre um contexto mais amplo. Foi possível perceber que, a partir do ano de 1942, a folha passa a dar amplo espaço a notícias sobre a Segunda Guerra Mundial. No ano seguinte, as notícias internacionais continuam a ganhar espaço nas páginas do jornal. Levando em consideração que o jornal era semanal, possuía apenas quatro páginas, publicava todos os editais da Prefeitura e ainda dedicava espaço à publicidade, a dimensão física do mesmo se tornava insuficiente para demais artigos e matérias.

Isso não quer dizer que o jornal não veiculava notícias sobre as medidas educacionais do Governo, tampouco que as mesmas não foram consultadas para melhor entender o contexto da época. Por exemplo, no ano de 1943 são recorrentes as publicações sobre o ensino profissionalizante, reflexos das mudanças empreendidas pelo governo nesse ano<sup>3</sup>.

Feitas essas considerações, é preciso dizer que a leitura destes documentos deve ser minuciosa, criteriosa e “intensiva”, conforme Elmir (1995). É necessário estar atento, pois nem sempre o texto está legível, o que dificulta o entendimento do conteúdo. Também, por vezes, o papel não está em boas condições, o que dificulta o seu manuseio. Neste sentido, o material requer cautela no seu uso. Sobre estes pequenos cuidados que o pesquisador deve ter para com o documento, o historiador Carlos Bacellar diz:

[...] os documentos devem ser tratados com extremo cuidado. O manuseio por si só já é um motivo de preocupação, pois o suor das mãos pode afetar o papel. Além disso, o virar das páginas de modo brusco ou descuidado pode rasgar a folha ou romper as encadernações (2005, p.57).

O uso de jornais como fonte em pesquisas históricas nem sempre foi bem-visto. Porém, com o passar do tempo, esta postura vem mudando, e, conforme Capelato (1988) “o periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época” (p.13).

Apesar disto, o pesquisador deve estar ciente de que está lidando com representações de uma determinada época, pois estas publicações são os meios pelos quais a sociedade produz e veicula suas reflexões sobre o momento vivenciado. Conforme Silva (2010), o jornal não é um receptáculo de verdades. É importante encará-lo com suas parcialidades, “a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos” (p. 5).

### **Correio de São Leopoldo: Perfil do jornal e ligações políticas**

O *Correio de São Leopoldo* foi um dos periódicos que por mais tempo circulou em São Leopoldo. Publicado semanalmente, as edições saíam aos sábados e possuíam apenas quatro folhas.

Entre os diretores e gerentes da folha está Remy Fonseca, que segundo Gertz (2011, p. 98), é filho do Coronel Theodomiro Porto da Fonseca, personalidade política de destaque no contexto local. Remy permaneceu durante muitos anos na direção do jornal, mesmo quando ocupava “destacado cargo no Ministério da Fazenda”, segundo nota publicada na capa da edição de 13 de janeiro de 1951.

<sup>3</sup> No ano de 1943 é decretada a Lei Orgânica do Ensino Comercial. Maiores informações: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/lei%20organica%20ensino%20comercial%201943.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/lei%20organica%20ensino%20comercial%201943.htm)>.

O periódico publicava notícias relacionadas a São Leopoldo e seus distritos<sup>4</sup>. Divulgava acontecimentos, eventos e outras notícias diversas. Publicava todos os editais oficiais da Prefeitura que, por muitas vezes, ocupavam quase uma página inteira. Segundo o que conta o ex-prefeito Carlos de Souza Moraes<sup>5</sup> (GUSMÃO<sup>6</sup>, 1984, p.83), o local de impressão do jornal era muito precário e quase não havia funcionários. Ainda segundo ele, o jornal se manteve devido às publicações oficiais da Prefeitura, pois, apesar de haver uma quantia considerável de assinantes, não era o suficiente para manter o jornal em circulação. Interessante destacar que as instalações do jornal funcionaram por muito tempo nos fundos do prédio da Prefeitura Municipal, o que de certa forma evidencia a ligação entre ambos.

Sendo assim, no decorrer da pesquisa foi tornando-se nítido que o *Correio de São Leopoldo* tinha fortes ligações políticas, intitulando-se “porta-voz do pujante P.R.L.” (4-12-1936, p.1). Em artigo assinado por “C.B.” e intitulado “O que é o Partido Republicano Liberal”, a ideologia deste é exaltada. Abaixo, um pequeno excerto do texto:

Apoiar o programa do P.R.L. é amparar desdobrado uma organização produtiva, lançando no espírito dos homens os ensinamentos do bem da Pátria, expurgando e abetumando os elementos nocivos que insinuam-se menos pela aparente defesa da coletividade do que para explorar a opinião pública, locupletando-se escandalosamente (11-12-1936, p.1).

O exemplo acima é apenas um entre tantos que poderiam ser citados. O caráter político do jornal é evidente em todas as suas edições. A folha apoiava incessantemente Theodomiro Porto da Fonseca, que ficou a frente da Prefeitura de São Leopoldo por mais de quinze anos. Theodomiro era aliado político de Getúlio Vargas, portanto o jornal apoiava e exaltava também a figura do presidente. Souza Moraes (GUSMÃO, 1984, p.91) afirma que o Cel. Theodomiro sempre fora adepto ao governo de Vargas, “[...] era getulista. Sempre foi getulista. [...] o coronel não atacava Getúlio. Pelo contrário, o governo de Getúlio era defendido” (p.91).

Figura 1 – Presidente Getúlio Vargas e Cel. Theodomiro Porto da Fonseca durante uma visita de Vargas a São Leopoldo. O jornal traz a fotografia estampada na capa da edição.



Fonte: *Correio de São Leopoldo*, 23-11-1940, capa.

<sup>4</sup> Segundo Bruinelli (2012), na década de 1930, São Leopoldo era um grande município composto por dez distritos: Bom Jardim, Estância Velha, Dois Irmãos, Sapiranga, Nova Palmeira, Lomba Grande, Sapucaia do Sul, Boa Vista do Herval e Joaneta.

<sup>5</sup> Carlos de Souza Moraes foi prefeito de São Leopoldo entre os anos de 1944-1945 e 1946-1947. Também foi diretor do jornal.

<sup>6</sup> Entrevista do ex-prefeito de São Leopoldo para o trabalho de conclusão de curso *Os jornais de São Leopoldo*, de Alexandre Egger Gusmão – Curso de Comunicação Social, UNISINOS, 1984.

Nesta perspectiva, durante a campanha eleitoral de 1945, após a saída de Vargas da presidência, o *Correio de São Leopoldo* promove a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, candidato “apoiado” por Theodomiro Porto da Fonseca e também por Vargas<sup>7</sup>. Durante a campanha eleitoral o jornal divulgava artigos, notícias e matérias sobre “O grande candidato” (27-10-1945, p.1).

Importante registrar que o *Correio de São Leopoldo* deixou de ser publicado no ano de 1951. Segundo Gusmão (1984), uma das principais causas do seu fechamento foi a criação de um Diário Oficial para as publicações da Prefeitura, que, até então, eram a principal fonte de renda do jornal. Assim, o *Correio de São Leopoldo* não teve mais como se manter e encerrou seus trabalhos.

### Contexto histórico

O período abordado nesta pesquisa, décadas de 1930 a 1950, é caracterizado por mudanças expressivas na história do país. Uma nova política é instaurada, o que mexe com diversos setores da sociedade. Segundo Del Priore, com o fim da República Velha<sup>8</sup>, Getúlio Vargas assume o governo provisório do país através do Golpe que ficou conhecido como *Revolução de 1930*. Com o apoio de militares como Góis Monteiro e Gaspar Dutra, Getúlio assume o comando do país, e somente viria a deixar o cargo 15 anos depois.

Ao chegar à presidência, Vargas implementa uma série de medidas centralizadoras: dissolve o Congresso Nacional, Assembleias municipais e estaduais e passa a legislar por decreto. No ano de 1932, eclode em São Paulo a *Revolta Constitucionalista*, que ameaça a permanência de Vargas na presidência. No entanto, o presidente consegue reverter a situação, fazendo algumas concessões aos paulistas, como a convocação de uma Assembleia Constituinte, que viria a elaborar e aprovar uma nova Constituição, substituindo a de 1891. Também no ano de 1932 é lançado o *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, redigido por intelectuais como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e outros; o documento solicitava diversas reformas no campo educacional<sup>9</sup>.

A Constituição, promulgada em 1934, é considerada moderna e renovadora, pois trazia em seu texto determinações acerca das questões trabalhistas, a instituição do voto secreto para maiores de 18 anos e também o voto feminino, e mudanças no campo da educação, entre outras. No caso das medidas em torno da educação, pode-se dizer que algumas das determinações da Constituição são inovadoras. A União passava a ter a obrigação constitucional de “traçar as diretrizes da educação nacional” (art. 5º) e “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino em todos os graus e ramos, comuns e especializados” para “coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país” (art. 150º). Assim, pela primeira vez, aparecem definições acerca das porcentagens da receita que deveriam ser investidas em educação.

A Carta de 1934 é a primeira a dedicar espaço significativo à educação, com 17 artigos,

<sup>7</sup> Del Priore (2010) diz que Vargas opta por apoiar Gaspar Dutra por não ter outra opção, pois sendo Gaspar Dutra um candidato do Exército, e não tendo Vargas um candidato a quem apadrinhar, o ex-presidente se vê pressionado a apoiá-lo.

<sup>8</sup> Nomenclatura dada ao período que se estendeu desde a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até a Revolução de 1930, que depôs o então presidente Washington Luís.

<sup>9</sup> Sobre o movimento *Escola Nova* e *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, ver CUNHA, Marcus Vinícius da. **Estado e escola na história da educação brasileira**. In: SAVIANI (Org.) Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira. Vitória: Edufes, 2011.

11 dos quais em capítulo específico sobre o tema (cap. II, art. 148 a 158). [...] Importante matéria do texto é o financiamento da educação. Pela primeira vez são definidas vinculações de receitas para a educação, cabendo à União e aos municípios aplicar “nunca menos de dez por cento e aos Estados e ao Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento educativo” (VIEIRA, 2007, p. 297).

Diversas instruções acerca da educação são determinadas, como o ingresso de professores ao magistério através de concurso público, a isenção de impostos para os mesmos, mudanças na forma de administrar o ensino religioso nas escolas, entre outras.

Embora a Constituição determine tais mudanças, seu tempo de duração é curto. Após apenas três anos de existência é substituída pela Constituição de 1937, carta que anunciava as mudanças do novo regime que se instaurava, o *Estado Novo*.

Segundo discursos que circulavam neste período, uma suposta ameaça comunista colocava em risco a segurança do país (DEL PRIORE, 2010). Desse modo, Vargas passa a reprimir e perseguir ainda mais qualquer movimento contrário ao seu governo. Apropriando-se desse discurso anticomunista, o presidente passa a ser visto como o único capaz de conter os extremismos partidários e faz uso desta influência para criar um falso golpe comunista. Através deste suposto golpe, Vargas fará uma série de articulações que possibilitarão sua permanência na presidência da República. Assim, em novembro de 1937, promulga uma nova carta constitucional baseada na centralização política, no intervencionismo estatal e num modelo antiliberal de organização da sociedade.

Apoiado nas Forças Armadas, Vargas abre caminho para decretar o Estado Novo. Em 1937, faz veicular pela imprensa o Plano Cohen, suposta conspiração comunista, justificativa para o golpe. Tal plano, sabidamente falso, de autoria de grupos de extrema direita, prevê, por exemplo, o desrespeito sistemático à honra e aos sentimentos mais íntimos da mulher brasileira, ou seja, o estupro generalizado (DEL PRIORE, 2010, p. 252).

Se por um lado o país passa a viver em um período mais autoritário, por outro, passa por um momento de transformações que possibilitarão mudanças de base no Estado brasileiro (VIEIRA, 2007). Durante o *Estado Novo*<sup>10</sup>, a indústria e a causa trabalhista entram em evidência e a partir disso Getúlio configura-se como uma figura popular, referência dos trabalhadores, *pai dos pobres* (FAUSTO, 2006). No entanto, a intervenção direta do regime não se deu somente no setor econômico. No campo da educação, o regime é centralizador, rompendo com a autonomia dada aos Estados em reformas anteriores. Conforme Vieira (2007):

O início dos anos quarenta responde por reformas educacionais desencadeadas pelo poder central, especificamente as chamadas Leis Orgânicas de Ensino, concebidas durante a administração de Gustavo Capanema no Ministério da Educação. Estas eram integradas por seis decretos-leis, efetivados de 1942 a 1946 [...] (p. 298).

Acompanhando o processo de expansão da indústria e do mundo do trabalho, a ênfase de tal reforma é o ensino profissionalizante, que culmina com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e Serviço Social do Comércio (Sesc) (DEL PRIORE, 2010).

<sup>10</sup> Neste período são criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1941), a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), as Leis Trabalhistas (1943), entre outros.

Segundo Xavier (2005), durante a Era Vargas, a educação passou a ser instrumento difusor da ideologia do Estado – o que não é incomum ao longo da história. O fato é que sendo encarada como um “problema nacional”, a educação passa a ser cada vez mais centralizada e assim se torna um “instrumento de disseminação do nacionalismo” (XAVIER, 2005, p. 113) idealizado por Vargas. A consolidação desta nacionalidade deveria ser o foco do Ministério da Educação, que a disseminaria através de uma série de medidas. Uma destas medidas era a perseguição das minorias étnicas, linguísticas e culturais.

Logo após a implantação do regime estado-novista, o *Correio de São Leopoldo* já comenta a repercussão e o suposto sucesso do mesmo:

A implantação do novo regimem foi muito bem recebida em todo paiz, e repercutiu de tal forma no estrangeiro que a imprensa alemã, franceza, americana e londrina, não só se limitaram a publicar detalhes dos acontecimentos verificados no Brasil, mas teceram comentários elogiosos em torno deles. [...] A transformação de regimem operou de modo pacífico, tendo por fim assegurar a paz á Nação (CORREIO DE SÃO LEOPOLDO, 13-11-1937)<sup>11</sup>.

Da mesma forma, parte da capa, da edição do dia 13 de dezembro de 1937, do *Correio de São Leopoldo* é dedicada a falar do regime e da figura de Vargas. Aqui, um pequeno excerto do artigo intitulado “Decreto feliz” que traduz a essência de seu conteúdo:

[...] o Brasil estava cançado das inutes distenções partidarias, das querelas personalistas, das emulações subterrâneas e regionalistas que envenenaram sua saude política e unidade nacional. Por isso, seu governo, responsável pela Nação – não pode ficar por mais tempo de braços cruzados ante a turbulência de partidos, que pareciam ter feito propósito de não deixarem o povo mais trabalhar e progredir.

O artigo, que não está assinado, segue nessa linha argumentativa. Afirma que a situação política do país estava tão caótica que não havia outra saída senão um regime rigoroso, imposto por um homem de personalidade, como o “ilustre Dr. Getúlio Vargas”.

Entre os anos de 1937 e 1945, Getúlio Vargas comandou o país sob um regime inspirado nos governos fascistas europeus. O *Estado Novo* diminuiu a autonomia dos Estados, fortaleceu as Forças Armadas, promoveu a industrialização e investiu fortemente na criação de uma identidade nacional através do ensino. Sobre este último item, este trabalho se deterá mais especificamente adiante.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda dos regimes fascistas, o governo de Vargas começa a ser contestado. Em outubro de 1945 os militares depõem Vargas, que não sofre qualquer tipo de punição ou exílio. O ex-presidente continua a ser peça-chave da política brasileira, e mesmo retirado em sua estância em São Borja, é convencido a declarar apoio na eleição ao Ministro da Guerra de seu governo, o General Eurico Gaspar Dutra. Dessa forma, foi lançada a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra à presidência da República.

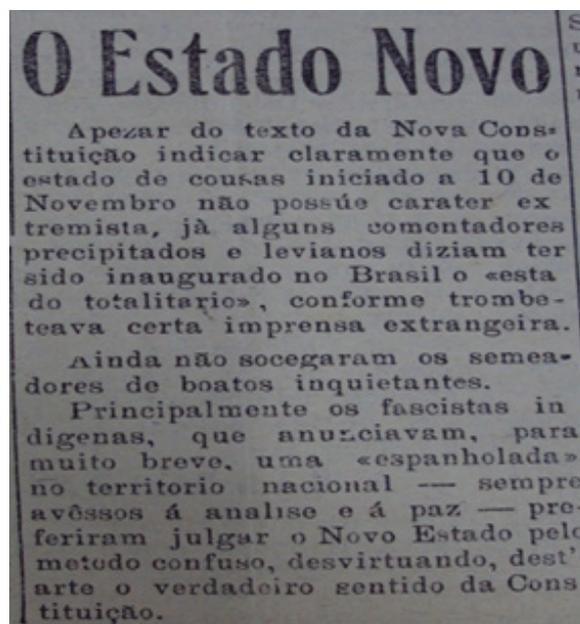
---

11 Como se trata de um estudo histórico, em todos os excertos extraídos do jornal manteve-se a grafia original.

### Análise da presença do tema *Nacionalização do ensino* nas páginas do *Correio de São Leopoldo*

Conforme dito anteriormente, o jornal é favorável ao governo de Getúlio Vargas em seu primeiro mandato, entre 1930 e 1945. Além de artigos que falam especificamente de Getúlio, há também os que discorrem exclusivamente sobre o regime do Estado Novo, como mostra a pequena nota abaixo.

Figura 2 - Nota rebatendo críticas ao regime. Fica explícito o apoio do jornal ao “novo estado”.



Fonte: *Correio de São Leopoldo*, 22-11-1937, p.2.

Uma das medidas do Estado Novo na área da educação, a *nacionalização do ensino*, visava a anular a identidade do imigrante e integrá-lo à cultura nacional. Para isso, foi criada a Comissão Nacional do Ensino Primário, que se ocupou, principalmente com:

a nacionalização das escolas primárias nos núcleos de população de origem estrangeira, especialmente nas colônias italianas e alemãs do sul do País; a elaboração do anteprojeto de lei de organização nacional do ensino primário; e a formação e disciplinamento do magistério primário em todo País (BAIA HORTA, 2011, p.297).

Sendo São Leopoldo uma cidade de imigrantes alemães, as medidas afetaram diretamente o município e seus distritos. Em discurso reproduzido nas páginas do jornal, em novembro de 1938, Coelho de Sousa, Secretário da Educação de São Leopoldo, ressalta a urgência de levar a alfabetização às zonas rurais para que os colonos descendentes de imigrantes aprendam a ler, escrever e falar em português: “Para alcançar esse objectivo nenhum sacrifício nesta hora grave será bastante e nenhuma vigilância excessiva para a defesa da nossa Bandeira, de nosso idioma e das nossas tradições” (26-11-1938, p. 2).

Na capa da edição do dia 21 de maio de 1938, parte da página é dedicada ao artigo “A nacionalidade dos filhos de imigrantes”, em que, no decorrer do texto, afirmam que o erro foi o governo permitir a entrada de imigrantes sem a devida orientação, e que estes “*cresciam e se educavam no amor as cousas e homens illustres da terra de seus paes e avós*”. Aqui um excerto do artigo que não leva assinatura:

È necessario que se estabeleça uma evangelização persistente e profunda no sentido de despertar

o espírito cívico dos descendentes dos imigrantes, cuja educação, sem culpa sua, na maior parte das vezes, tem sido desvirtuada, quando não absolutamente descurada, a ponto de descendentes em 3ª e 4ª gerações de alemães e italianos amarem mais a pátria de seus ancestrais de que esta terra onde nasceram, vivem e prosperam. É mister demonstrar-lhe a obrigação de reconhecerem o Brasil como sua pátria, servindo-o com devotamento e entusiasmo. Impõe-se a luta pela extinção da maléfica influencia estrangeira (CSL,21-5-1938, p.1).

Além de artigos como o citado acima, há os que salientam a importância da nacionalização para o país, tal medida como se fosse absolutamente óbvia.

Porque devemos nos empenhar tanto para despertar um espírito de brasilidade, mais acentuado, entre as populações alienígenas? Porque?! Porque já é tempo de reforçarmos o espírito nacional de todas as gentes que povoam o vasto território de nossa pátria, mas num reforçamento nacionalizador que traga a compreensão da necessidade de uma unificadora comunhão coletiva para o progresso da Pátria Brasileira (7-6-1940, p. 5).

O que mais chama a atenção neste artigo, intitulado *E'cos de nacionalização* e assinado por “Pena de Aço”, é referir-se ao público-alvo do movimento de nacionalização como “populações alienígenas”. Não sendo nascido na terra de seus pais e avós e não sendo devoto à cultura brasileira, o descendente de imigrante passa a ser um “alienígena”, um ser fora de contexto. Assim, fica explícita certa discriminação com populações de ascendência estrangeira. Logo, pode-se perceber que o movimento de nacionalização busca consolidar-se através do desprezo à cultura e costumes de descendentes de imigrantes, “é lastimável, sim, que, aqui, entre nós, haja muita gente que tem uma veneração por sem limites pela terra de seus avós e que não sabem ter uma diminuta parte de veneração por esta terra brasileira”. Ainda no artigo citado acima, estes são tratados como “traidores do sentimento nacional”:

Não sabemos classificar entre as criaturas, essas que, nascendo em uma terra como a nossa, julgam que devem dedicar venerações iguais a terras que seus antepassados abandonaram, porque, lá a vida lhes é bastante árdua. Não sabemos mesmo si para com essa gente há necessidade de empregarmos nosso tempo com insinuações nacionalizadoras ou si devemos tomá-las como uma classe inferior, para a qual mais vale o azoragie do desprezo e do isolamento [...]

Nesta mesma conjuntura, o artigo *A nacionalização do ensino e as escolas paroquiais*, publicado em novembro de 1941, e assinado por Souza Moraes, polemiza o fato de escolas paroquiais não estarem seguindo a instrução do governo, que dizia que somente a língua portuguesa devia ser ensinada nas escolas. O artigo por vezes classifica os religiosos como “inimigos da pátria”.

Segundo nota publicada em maio de 1943, “pouco ainda se fez para punir os educadores, que, designados, preferem ficar comodamente em casa. Às vezes, por uma irritação dolorosa, são elas que mais pregam o nacionalismo, mais espírito de brasilidade...” (1-5-1943, p. 1). O texto, que não está assinado, critica os professores/as que não aceitam dar aulas na zona rural, local onde geralmente encontra-se maior número de imigrantes. Sendo assim, o professor seria responsável por levar a nacionalização até a localidade. Pode-se observar, também, que a preocupação maior está em impedir os colonos descendentes de imigrantes de falarem em sua língua natal e menos em enfatizar a importância do direito à alfabetização propriamente dita.

Tais publicações evidenciam o momento político vivenciado pelo país na época. De tal modo, pode-se observar que o movimento busca despertar o sentimento nacional, anulando a identidade de tais

populações.

### Considerações finais

Ao desenvolver este estudo, foi possível perceber a riqueza deste tipo de fonte, pois, ao estabelecer contato com outra época a partir delas, fazemos leituras que provocam questionamentos diversos. A leitura de jornais antigos é convidativa e instigante, portanto às vezes acabamos nos encantando com detalhes menos importantes. No entanto, alguns pormenores podem ajudar a enriquecer a contextualização do que se passa na sociedade naquele período. Anúncios, propagandas, charges podem ajudar entender tanto o que se passa no mundo mais amplo, como a compreender a específica cultura local. Portanto, a leitura das páginas requer um olhar sensato e atento.

Nesta perspectiva, cito o próprio exemplo do processo de coleta de dados que deu origem a este estudo. O foco central da pesquisa foram publicações sobre educação, e, a concentração nestes elementos foi tanta que, inicialmente, não foi dada atenção ao perfil do jornal. Determinados assuntos, ideologias e conexões políticas do periódico não foram percebidas em um primeiro momento. Posteriormente, foi percebida a relevância de tais informações, pois não é possível trabalhar com um periódico sem levar em consideração tais elementos.

Foi possível constatar que o *Correio de São Leopoldo* trazia em praticamente todas as suas edições notícias sobre educação, o que motivou a buscar alguns outros elementos de contexto político para entendê-las melhor. Pôde-se constatar, também, a forte questão política por trás do jornal, fato que fica evidente ao longo do conteúdo das publicações.

Percebe-se, também, que o tema aqui abordado é essencial para compreendermos este período da história do Brasil, pois, conforme Xavier (2005), durante a Era Vargas, especificamente durante o Estado Novo, a educação foi tratada como “problema nacional” tendo sido centralizada nas mãos do governo federal, a fim de torná-la um instrumento a favor de suas práticas, disseminando assim o *nacionalismo*. Pode-se perceber que a questão da educação serve de elemento articulador das ideologias defendidas pelo governo. Com o fim da ditadura de Vargas, em 1945, e com as mudanças provocadas pelo fim da Segunda Guerra, o país passa por um processo de redemocratização, e com isso mais uma vez a questão educacional entra em cena, desta vez com outro foco.

### REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos. “Uso e mau uso dos arquivos”. BASSANEZI, Carla Pinsky (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

BAIA HORTA, José Silvério. **A política educacional do Estado Novo**. In: SAVIANI, Dermeval (Org.).

Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2011.

BRUINELLI, Tiago de Oliveira. **São Leopoldo e a “Revolução de 1930”**: um possível uso da fotografia como documento histórico. São Leopoldo: Cadernos IHU, 2012.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. \_\_\_\_\_ . **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Vargas e os militares**. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.p. 341-345. CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Estado Novo: Novas histórias**. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.p.183-212.

\_\_\_\_\_, Maria Helena Rolim. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação**. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.167-178.

\_\_\_\_\_, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

DEL PRIORE, Mary. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

ELMIR, Cláudio Pereira. **As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica**. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, n. 13, 1995. p. 19-29.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

GERTZ, René. **República Velha, emancipações, Estado Novo**. In: ARENDT, Isabel Cristina. WITT, Marcos Antônio (Org.). *Pelos caminhos da Rua Grande: História(s) da São Leopoldo republicana*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmar Yoshihara. **Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica**. *Revista História da Reflexão*, v. 4, n. 8 – UFGD – Dourados jul./dez. 2010.

VIEIRA, Sofia Lerche. **A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto**. *Revista brasileira de Estudos pedagógicos*, v. 88, n. 219, p. 291-309, mai./ago. 2007.

XAVIER, Libânea Nacif Xavier. **O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas**. *Revista Educação Especial*, v. 30, n. 2, 2005.